

Para Ibama, sem-terra desmatam

J6
05102198
R52
4

■ Gabeira diz que devastação pode prejudicar movimento e afetar apoio à reforma agrária

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA – Números recolhidos pelo governo revelam que nos estados da Amazônia Legal os sem-terra já invadiram áreas de florestas envolvendo um total de 1.243.261 hectares. A situação mais crítica atinge o estado do Mato Grosso, onde a derrubada da cobertura vegetal chega a perto de 1 milhão de hectares, seguido do Maranhão e do Pará. A situação, segundo o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), pode atingir a reforma agrária e os sem-terra. "Se a reforma agrária se colocar contra o meio ambiente, irá perder o apoio da opinião pública", alertou.

A ocupação de áreas pelos sem-terra, especialmente na Amazônia, foi debatida, ontem, pelos deputados que integram a Frente Parlamentar do Meio Ambiente, numa reunião no Parque Nacional de Brasília. O deputado Jacques Wagner (PT-BA) defendeu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). "Não conheço ninguém na direção do MST que esteja estimulando a invasão de áreas protegidas. O problema ocorre por uma questão de sobrevivência", afirmou.

Ameaças – O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Eduardo Martins, afirmou que o governo "não quer tirar a legitimidade do MST, mas está diante de uma situação que preocupa os ambientalistas". Segundo ele, o próprio Parque Nacional de Brasília, situado dentro do Distrito Federal, está sendo ameaçado pelas invasões dos sem-terra. A deputada Regina Lino (PMDB-AC) reforçou a posição do presidente do Ibama.

"No Acre, as pesquisas mostram que, hoje, não são os grandes proprietários rurais, mas os colonos assentados pelo Incra, que mais devastam o meio ambiente", afirmou. O representante dos ruralistas, deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), aproveitou para defender os proprietários ru-

rais. "É preciso deixar de tratar os proprietários do Norte do país como criminosos. A agricultura no país vive a sua pior fase. Precisamos educar os nossos colegas que trabalham a terra", disse o deputado.

O encontro dos parlamentares no parque acabou se transformando numa sessão informal da Câmara, no meio de uma floresta típica do cerrado. Além dos problemas envolvendo os sem-terra, os deputados discutiram as medidas que o governo está adotando para viabilizar a exploração das Florestas Nacionais (Flonas).

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai pedir urgência para a aprovação do projeto de lei do governo que estabelece a exploração desse tipo de reserva.

O deputado Gilney Viana (PT-MG) afirmou que as medidas "não podem ser aprovadas a toque de caixa" e devem, antes, ser discutidas por uma comissão especial. "Sei que o Ibama está louco para tirar a madeira da Flona do Tapajós, mas é preciso avaliar melhor o assunto", ironizou o deputado.

O projeto de lei que será encaminhado ao Congresso cria o regime de concessão e permissão de acesso e exploração de recursos naturais em Florestas Nacionais. O presidente do Ibama, Eduardo Martins, que atuou em nome do governo nas negociações para aprovar a Lei Ambiental no Congresso, na semana passada, defendeu a medida. "É preciso mudar a mentalidade contrária a qualquer uso da floresta", disse, ao defender a exploração de madeira através do manejo florestal.

"Enquanto não se resolve o assunto, as madeiras estão devastando a Amazônia. A maior parte da madeira, ao contrário do que se pensa, está sendo comercializada no Brasil", disse. Segundo ele, "as pessoas compram móveis feitos com madeira retirada ilegalmente e depois condenam qualquer uso comercial da floresta".